



ESTADO DE ALAGOAS
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL
GABINETE DO DEPUTADO RICARDO NEZINHO

PROJETO DE LEI Nº ____ / 2025

Assembleia Legislativa de Alagoas



PROTOCOLO GERAL 2651/2025
Data: 29/10/2025 - Horário: 17:17
Legislativo

Considera de Utilidade Pública Estadual a Associação Comunitária do Povoado Pilões, Sítio Palmas e Farias, e dá outras providências.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE ALAGOAS DECRETA:

Art. 1º Fica considerada de Utilidade Pública Estadual a **Associação Comunitária do Povoado Pilões, Sítio Palmas e Farias**, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter assistencial, inscrita no CNPJ sob o nº 45.442.179/0001-75, com sede e atuação no Povoado Pilões, Zona Rural do município de São José da Tapera, Estado de Alagoas, que tem como finalidade promover ações de cunho social.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

SALA DAS SESSÕES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE ALAGOAS, em Maceió, ____ de ____ de 2025.



RICARDO NEZINHO
Deputado Estadual

Palácio Tavares Bastos
Praça D. Pedro II, s/n – Centro
Maceió – Alagoas – CEP 57.020-000



ESTADO DE ALAGOAS
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL
GABINETE DO DEPUTADO RICARDO NEZINHO

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a Associação Comunitária do Povoado Pilões, Sítio Palmas e Farias, entidade privada, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 45.442.179/0001-75, com sede e atuação no Povoado Pilões, Zona Rural do município de São José da Tapera, Estado de Alagoas.

A referida Associação desempenha papel de grande relevância social junto às comunidades rurais da região, promovendo ações voltadas ao desenvolvimento comunitário, fortalecimento da cidadania, promoção social e melhoria das condições de vida da população local, especialmente daquelas em situação de vulnerabilidade.

A declaração de Utilidade Pública Estadual é, portanto, medida justa e necessária para fortalecer a atuação da entidade, possibilitando a celebração de convênios e parcerias com órgãos públicos e instituições privadas, ampliando sua capacidade de atendimento e impacto social.

Diante do exposto, contamos com o apoio dos nobres parlamentares para aprovação da presente proposição, certos de que ela representa um reconhecimento institucional ao relevante trabalho realizado pela Associação Comunitária do Povoado Pilões, Sítio Palmas e Farias em prol da população alagoana.



RICARDO NEZINHO
Deputado Estadual

Palácio Tavares Bastos
Praça D. Pedro II, s/n – Centro
Maceió – Alagoas – CEP 57.020-000



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 45.442.179/0001-75 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 21/02/2022
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO COMUNITARIA DO POVOADO PILOES, SITIO PALMAS E FARIAS		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****		PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.11-1-00 - Atividades de organizações associativas patronais e empresariais		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada		
LOGRADOURO COM POVOADO PILOES	NÚMERO SN	COMPLEMENTO *****
CEP 57.445-000	BAIRRO/DISTRITO ZONA RURAL	MUNICÍPIO SAO JOSE DA TAPERA
UF AL		
ENDEREÇO ELETRÔNICO CONTATO@AGILIZARCONTABILIDADE.COM.BR		TELEFONE (82) 9166-6176
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 21/02/2022	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **29/10/2025** às **16:14:08** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

**ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO POVOADO
PILÕES, SÍTIO PALMAS E FARIAS – ACPPF**

Endereço: Distrito Pilões, SN

São José da Tapera - AL



São José da Tapera – AL, 18 de fevereiro 2024.

"Promover o amor, valorizar a diversidade e cuidar do desenvolvimento da comunidade, proporcionando oportunidades por meio da educação, cultura e saúde. Buscamos a liberdade, diminuindo a desigualdade social, contribuindo para o equilíbrio ambiental e rural."

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO POVOADO PILÕES, SÍTIO PALMAS E FARIAS DE ELEIÇÃO E POSSE DA DIRETORIA E CONSELHO FISCAL DA ASSOCIAÇÃO – BIÊNIO 2024-2026.

ABERTURA

Aos dezoito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e quatro, às quatorze horas, na sede da Associação Comunitária do Povoado Pilões, Sítio Palmas e Farias (ACPPF), situada no Povoado Pilões - SN - Zona Rural de São José da Tapera, AL, reuniram-se em Assembleia Geral os associados quites com as obrigações estatutárias, em primeira convocação, conforme reunião de convocação datado de para esse dia, afixado na sede da associação e publicado em jornal e correio eletrônico, na forma estatutária, com o seguinte teor:

Saída do membro em definitivo, José Douglas Silva de Azevedo;

Entrada do membro Gilberto Vieira dos Santos Junior;

Formação de chapa e eleição para o biênio 2024-2026;

Dar posse ao novo corpo gestor da ACPPF.

MESA DIRETORA

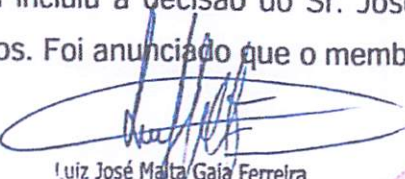
Perante os associados presentes, que assinaram a lista de presença, foram eleitos para presidir a Assembleia o Sr. Nadson Dumary Cruz Barros, Engenheiro Eletricista, Administrador e Gestor de Projetos, residente nesse município, bem como associado, e para secretariar a Assembleia o Sr. Maxwell Ramos Barbosa Fernandes, residente neste município e associado.

ORDEM DO DIA

Saída do Sr. José Douglas Silva de Azevedo

Aberta a Assembleia, a ordem do dia incluiu a decisão do Sr. José Douglas Azevedo em deixar o corpo de membros. Foi anunciado que o membro não faz

📍 São José da Tapera - AL
✉ associacaocpfp@gmail.com
📷 @acppf_tapera
☎ 82 9.8179-9637


Luiz José Malta Gaia Ferreira
Advogado OAB-AL 3.404

CARTÓRIO UNICO OFÍCIO
São José da Tapera - AL
Visto e assinado com
Selo de Autenticidade

**ACPPF**
Associação Comunitária do Povoado
Pilões, Palmas e Farias

mais parte desta Associação, decisão comunicada ao grupo com antecedência. A contribuição de Douglas Azevedo para a Associação foi reconhecida e apreciada por todos. Deseja-se a ele sucesso em seus futuros projetos.

Entrada do Sr. Gilberto Vieira dos Santos Junior

De acordo com o Estatuto, a Associação apresentou substituto adequado para preencher a vaga aberta, sendo dessa forma estendido o convite ao Sr. Gilberto Vieira dos Santos Junior, liderança do Distrito de Pilões, que aceitou o convite. Desta forma, o Sr. Gilberto ganha uma vaga no conselho desta associação.

Eleição do Corpo Gestor para o Biênio 2024-2026

Verificado o quórum legal para a realização da Assembleia Geral, foi apresentada uma única chapa formada pelos então associados Edgar Lisboa para presidência da Associação e Cicero Maciel para vice-presidente. Apresentada sua candidatura, a chapa foi votada por unanimidade, elegendo o novo Corpo Gestor da Associação para o biênio 2024-2026.

Posse do Novo Corpo Gestor

O então novo Presidente da Associação informa que a Diretoria recebeu a inscrição para a Diretoria Executiva e Conselho Fiscal (ou demais órgãos) com a seguinte composição:

Presidente: Edgar Lisboa

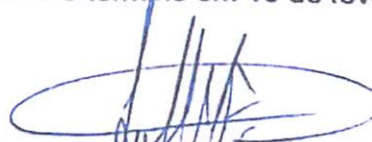
Vice-Presidente: Cicero Maciel

Tesoureiro: Gilberto Vieira

Secretário: Alailson Maciel

Com o término do prazo estatutário para o período de votação, o presidente da Assembleia dá por encerrado o pleito e convoca o corpo para posse. Após o encerramento da cerimônia, o Presidente da Assembleia declarou eleita e empossada a seguinte Diretoria para o biênio 2024-2026, com início do exercício do mandato em 19 de fevereiro de 2024 e término em 19 de fevereiro de 2026.

📍 **São José da Tapera - AL**
✉ **associacaocpfp@gmail.com**
📷 **@acppf_tapera**
☎ **82 9.8179-9637**


Luiz José Malta Gaia Ferreira
Advogado OAB-AL 3.404


Associação Comunitária do Povoado
Pilões, Palmas e Fátima

CARTÓRIO ÚNICO OFÍCIO
São José da Tapera - AL
Válida somente com
Selo de Autenticidade

"Promover o amor, valorizar a diversidade e cuidar do desenvolvimento da comunidade, proporcionando oportunidades por meio da educação, cultura e saúde. Buscamos a liberdade, diminuindo a desigualdade social, contribuindo para o equilíbrio ambiental e rural."

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO POVOADO PILÕES, SÍTIO PALMAS E FARIAS – ACPPF

Endereço: Distrito Pilões, SN

São José da Tapera - AL

ASSEMBLEIA GERAL DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO POVOADO PILÕES, SÍTIO PALMAS E FARIAS DE ELEIÇÃO E POSSE DA NOVA MESA DIRETORIA E CONSELHO FISCAL DA ASSOCIAÇÃO – BIENIO 2024-2026.

Composta:

1. Edson Lisboa
2. Gláucia Marcel Pereira
3. Gilberto Vinícius dos Santos Junior
4. Jackson dos Santos Lima
5. Deilson marcel Pereira
6. MARCONEL SILVA

São José da Tapera – AL, 18 de fevereiro 2024.


Luiz José Malta Gaia Ferrelira
Advogado OAB-AL 3.404

CARTÃO ÚNICO OFICIAL
São José da Tapera - AL
Válida somente com
Selo de Autenticidade

📍 São José da Tapera - AL
✉ associacaocpfp@gmail.com
📷 @acppf_tapera
📞 82 9.8179-9637

 **ACPPF**
Associação Comunitária do Povoado
Pilões, Palmas e Farias

"Promover o amor, valorizar a diversidade e cuidar do desenvolvimento da comunidade, proporcionando oportunidades por meio da educação, cultura e saúde. Buscamos a liberdade, diminuindo a desigualdade social, contribuindo para o equilíbrio ambiental e rural."

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO POVOADO PILÕES, SÍTIO PALMAS E FARIAS DE ELEIÇÃO E POSSE DA DIRETORIA E CONSELHO FISCAL DA ASSOCIAÇÃO – BIÊNIO 2024-2026.

DIRIGENTES

1. Edgar Lisboa
Presidente
2. Cícero Marcel Pereira
Vice-presidente
3. Gulberty Vinícius dos Santos Junior
1º tesoureiro
4. Frederico dos Santos Silva
2º tesoureiro
5. Olaiton maciel Pereira
1º secretário
6. MARCONEL SILVA
2º secretário

CARTÓRIO DO ÚNICO OFÍCIO
Av. Elísio da Silva Maia, 260 - Centro
José Ene dos Santos - Tabelião Público
Assista Maria Maria das Semas - Substitua

CERTIDÃO

Registro de Títulos e Documentos e de
Pessoas Jurídicas

Apresentado hoje às 16:50 horas no
protocolo fis. 016-V sob nº 140
Registrada no livro A-54 fls 028/080
Sob o nº de Ordem R-2-1930
São José da Tapera AL 23/02/2024
O Oficial



Poder Judiciário de Alagoas
Selo Digital Verificador
AEN63561-AC97
23/02/2024 17:00
Doc. Solicitante: 113786
Confirma e atesta a autenticidade em
nome do Juiz de Direito

CARTÓRIO DO ÚNICO OFÍCIO
São José da Tapera - AL
Vale a pena com
Selo de Autenticidade

Wanda Gala Ferreira
118-AL 3.404

📍 São José da Tapera - AL
✉ associacaocpfp@gmail.com
📷 @acppf_tapera
📞 82 9.8179-9637

São José da Tapera – AL, 18 de fevereiro de 2024.

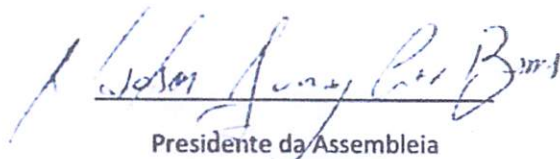
ACPPF
Associação Comunitária do Povoado
Pólos, Palmas e Farias

"Promover o amor, valorizar a diversidade e cuidar do desenvolvimento da comunidade, proporcionando oportunidades por meio da educação, cultura e saúde. Buscamos a liberdade, diminuindo a desigualdade social, contribuindo para o equilíbrio ambiental e rural."

ENCERRAMENTO

Nada mais havendo a declarar, o Presidente dá por encerrada a Assembleia.

Eu, Nadson Dumary Cruz Barros, juntamente com o secretário, lavrei nesta presente ata, no dia 18 de fevereiro de 2024, assino com o Presidente e demais membros empossados.



Presidente da Assembleia

Nadson D C Barros

Engenheiro Eletricista
Administrador

CRTAL AL 22/03642/18

NADSON
DUMARY
CRUZ
BARROS:059
11857413

Assinado de forma
digital por NADSON
DUMARY CRUZ
BARROS:059118574
13
Dados: 2024.02.21
12:52:38 -03'00'



Secretario



Luiz José Malta Gata Ferreira
Advogado OAB-AL 3.404

São José da Tapera – AL, 18 de fevereiro de 2024.

📍 São José da Tapera - AL
✉ associacaocppf@gmail.com
📷 @acppf_tapera
☎ 82 9.8179-9637

CARTÃO UNICO OFICIAL
São José da Tapera - AL
Válido somente com
Selo de Autenticidade



ACPPF
Associação Comunitária do Povoado
Piões, Palmas e Fanos

Promover o amor, valorizar a diversidade e cuidar do desenvolvimento da comunidade, proporcionando oportunidades por meio da educação, cultura e saúde, buscando, em liberdade, diminuir as desigualdades sociais e contribuir para o equilíbrio ambiental.

ESTATUTO

**ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO POVOADO PILÕES, SÍTIO PALMAS E
FARIAS**

**ENDEREÇO POVOADO PILÕES, SN, ZONA RURAL – SÃO JOSÉ DA
TAPERA – AL**



**ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIO DO
POV. PILÕES, SÍTIO PALMAS E FARIAS.**

SÃO JOSÉ DA TAPERA – AL, 09 de fevereiro de 2022

Promover o amor, valorizar a diversidade e cuidar do desenvolvimento da comunidade, proporcionando oportunidades por meio da educação, cultura e saúde, buscando, em liberdade, diminuir as desigualdades sociais e contribuir para o equilíbrio ambiental

ESTATUTO

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO POVOADO PILÕES, SÍTIO PALMAS E FARIAS

ENDEREÇO POVOADO PILÕES, SN, ZONA RURAL – SÃO JOSÉ DA
TAPERA – AL

Fundada em 09 de fevereiro de 2022

Composta por:

1. Felipe Douglas Silva Lima
2. Edson Roberto
3. JEANILDA SILVA SOARES
4. C. CARO MACIEL PEREIRA
5. MARCONELE DA SILVA
6. Alailson Maciel Bene

SÃO JOSÉ DA TAPERA – AL, 09 de fevereiro de 2022

ATA ORIGINAL
Sua assinatura Tapera - AL
está devidamente
autenticada

CAPÍTULO I- DA DENOMINAÇÃO, NATUREZA, SEDE, FINS E DURAÇÃO

Art. 1º. A Associação comunitária do povoado pilões, sítio palmas e farias (ACPPF) é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, sediada no Povoado Pilões – SN – Zona Rural de São José da Tapera - AL, regendo-se pelo presente Estatuto e legislação que lhe for aplicável.

Art. 2º. A Associação tem como objetivo (s):

Nesta assembleia geral do dia 09 de fevereiro de 2022, descrevemos os poderes delimitastes ao corpo gestor da ACPPF à descrever os objetivos propostos pela Assembleia Geral.

Art. 3º. A fim de cumprir suas finalidades, a Associação se organizará em unidades de prestação de serviços, denominadas departamentos, quantos se fizerem necessários, os quais se regerão por Regimentos Internos específicos.

Art. 4º. A Associação, na consecução dos seus objetivos, poderá firmar convênios ou contratos e articular-se, pela forma conveniente, com órgãos ou entidades, públicas ou privados.

Art.5º. O prazo de duração da Associação é indeterminado.

CAPÍTULO II - DO PATRIMÔNIO E DAS RECEITAS

Art. 6º. O patrimônio da Associação é constituído de todos os bens indicados na escritura pública de constituição e pelos que ela vier a possuir sob as formas de doações, legados, aquisições, contribuições, subvenções e auxílios de qualquer natureza.

§ 1º. As doações e legados com encargos somente serão aceitos após a aprovação da Assembleia Geral;

§ 2º. A contratação de empréstimos financeiros, seja em bancos, seja por intermédio de particulares, bem como a gravação de ônus sobre imóveis, dependerá de prévia aprovação da Assembleia Geral;

§ 3º. A alienação ou permuta de bens, para aquisição de outros mais rentáveis ou mais adequados, dependerá de prévia aprovação da Assembleia Geral.

Art. 7º. Constituem receitas da Associação:

ATTESTO UNO OFICIO
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DA TAPERA - AL
emitido conforme com
o conteúdo autenticado


José Malta Gaia Ferreira
RUA 100, QAB-AL 3.404

I- as contribuições periódicas ou eventuais de pessoas físicas ou jurídicas, colaboradoras com a Associação;

II- as dotações e as subvenções recebidas diretamente da União, dos Estados e dos Municípios ou por intermédio de órgãos públicos da administração direta ou indireta;

III- os valores recebidos de auxílios e contribuições ou resultantes de convênios com entidades públicas ou particulares, nacionais ou estrangeiros, não destinadas especificamente à incorporação em seu patrimônio;

IV- as receitas operacionais e patrimoniais;

V- contribuições voluntárias e regulares de seus associados;

Art. 8º. O patrimônio e as receitas da Associação somente poderão ser utilizados para a manutenção de seus objetivos.

CAPÍTULO III - DOS ÓRGÃOS ADMINISTRATIVOS

Art. 9º. São órgãos administrativos da Associação: a Assembleia Geral, a Diretoria e o Conselho Fiscal.

Art. 10º. Em relação aos integrantes dos órgãos administrativos da Associação, observar-se-á o seguinte:

I- não são remunerados seja a que título for, sendo-lhes expressamente vedado o recebimento de qualquer lucro, gratificação, bonificação ou vantagem;

II- não responderão, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações assumidas pela Associação em virtude de ato regular de gestão, respondendo naquela qualidade, porém, civil e penalmente, por atos lesivos a terceiros ou a própria entidade, praticados com dolo ou culpa;

III- é vedada a participação de cônjuges e parentes, consanguíneos ou afins, até o terceiro grau, inclusive, no mesmo órgão administrativo;

IV- nenhum integrante poderá participar de mais de um órgão administrativo simultaneamente;

V- perderá o mandato o integrante que faltar 3 (três) reuniões consecutivas ou mais de 5 (cinco) alternadas, sem motivo justificado, sendo em qualquer destas hipóteses o seu cargo declarado vago;

VI- não é delegável o exercício da função de titular de órgãos administrativos da Associação;

CERTIFICADO OFICIAL
Este documento é
autenticamente
assinado por
Luiz José Malta Gaia-Ferreira

Luiz José Malta Gaia-Ferreira
Advogado OAB-AL 3.404

Promover o amor, valorizar a diversidade e cuidar do desenvolvimento da comunidade, proporcionando oportunidades por meio da educação, cultura e saúde, buscando, em liberdade, diminuir as desigualdades sociais e contribuir para o equilíbrio ambiental.

VII- os mandatos terão duração de 4 (quatro) anos, permitida uma recondução;

Art. 11. A Assembleia Geral, órgão superior de administração da entidade, será constituída por todos os Dirigentes em pleno gozo dos seus direitos estatutários.

Parágrafo Único. A Assembleia Geral será presidida pelo Presidente da Associação, que terá o voto de qualidade em caso de empate nas votações

Art. 12. Anualmente, nos 4 (quatro) meses seguintes ao término do exercício financeiro, deverá haver uma Assembleia Geral ordinária, convocada pelo Presidente, para examinar e aprovar:

I- as denominações contábeis e a prestação de contas da Diretoria, após parecer do Conselho Fiscal, e os relatórios anuais e circunstanciados das atividades e da situação econômico-financeira da Associação;

II- orçamento anual ou plurianual, ouvindo previamente o Conselho Fiscal, e o programa de trabalho elaborado pela Diretoria.

Art.13. Além das atribuições previstas no artigo anterior, cabe à Assembleia Geral:

I- eleger e dar posse aos integrantes da Diretoria e do Conselho Fiscal;

II- aprovar o Regimento Interno e outros atos normativos propostos pela Diretoria;

III- sugerir à Diretoria as providências que julgar necessárias ao interesse da Associação;

IV- deliberar sobre a conveniência da aquisição, alienação ou oneração de bens pertencentes à Associação;

V- autorizar a realização de acordos, contratos e convênios que constituam ônus, obrigações e compromissos para a Associação;

VI- deliberar sobre proposta de absorção ou incorporação de outras entidades à Associação;

VII- decidir sobre reforma do presente estatuto;

VIII- deliberar sobre a extinção da Associação;

IX- decidir os casos omissos neste estatuto.

Parágrafo único. Excepcionalmente, por motivo de urgência, os casos omissos poderão ser decididos pela Diretoria ad referendum da Assembleia Geral.

Art. 14. A Assembleia Geral se reunirá extraordinariamente quando convocada:

ATTESTADO OFICIAL
Luiz José Malta Gaia Ferreira - AL
Estado de São Paulo - AL
OAB-AL 3.404

Luiz José Malta Gaia Ferreira
Advogado OAB-AL 3.404

Promover o amor, valorizar a diversidade e cuidar do desenvolvimento da comunidade, proporcionando oportunidades por meio da educação, cultura e saúde, buscando, em liberdade, diminuir as desigualdades sociais e contribuir para o equilíbrio ambiental.

I- pelo Presidente da Associação;

II- por 1/5 (um quinto) dos associados;

III- pela Diretoria;

IV- pelo Conselho Fiscal.

Art. 15. A convocação das reuniões ordinárias ou extraordinárias será feita com antecedência mínima de 05 (cinco) dias, mediante correspondência pessoal contra recibo, dirigida aos integrantes da Assembleia Geral, contendo a pauta dos assuntos a serem tratados.

Parágrafo único. O quorum mínimo para a abertura das reuniões será, em primeira convocação, de metade mais um dos componentes da Assembleia Geral e, em segunda convocação, trinta minutos após, com pelo menos 1/3 (um terço) dos Associados.

Art.16. O quorum de deliberação será de 2/3 (dois terços) da Assembleia Geral, em reunião extraordinária, para as seguintes hipóteses:

I- alteração do estatuto;

II- alienação de bens imóveis e gravação de ônus reais sobre os mesmos;

III- extinção da Associação.

Art. 17. A diretoria é composta do Presidente da Associação, Secretário e Tesoureiro.

Parágrafo único. Ocorrendo vaga entre os integrantes da diretoria, a Assembleia Geral se reunirá no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a vacância, para eleger o novo integrante.

Art. 18. Cabe à Diretoria:

I- elaborar e executar o programa anual de atividades;

II- elaborar e apresentar à Assembleia Geral o relatório anual e o respectivo demonstrativo de resultado do exercício findo;

III- elaborar o orçamento de receitas e despesas para o exercício seguinte;

IV- elaborar os Regimentos Internos dos departamentos;

V- contratar e demitir funcionários.

Art. 19. São atribuições do Presidente:

I- representar a Associação ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente;

CARTÃO LIMPO OFFICE
São José Malta Gaia Ferreira - AL
Atestado e autenticado com
assinatura eletrônica

Dr. José Malta Gaia Ferreira
Advogado OAB-AL 3.404

Promover o amor, valorizar a diversidade e cuidar do desenvolvimento da comunidade, proporcionando oportunidades por meio da educação, cultura e saúde, buscando, em liberdade, diminuir as desigualdades sociais e contribuir para o equilíbrio ambiental

II- cumprir e fazer cumprir este Estatuto e os Regimentos Internos;

III- convocar e presidir as reuniões da Assembleia Geral e as da Diretoria;

IV- dirigir e supervisionar todas as atividades da Associação.

Art.20. São atribuições do Secretário:

I- substituir o Presidente em suas faltas e impedimentos;

II- colaborar com o Presidente na direção e execução de todas as atividades da Associação;

III- secretariar as reuniões do Conselho Curador e da Diretoria, redigindo as respectivas atas.

Art. 21. São atribuições do Tesoureiro:

I- arrecadar e contabilizar as contribuições, rendas, auxílios e donativos destinados à Associação, mantendo em dia a escrituração;

II- efetuar o pagamento de todas as obrigações;

III- acompanhar e supervisionar os trabalhos de contabilidade, contratados com profissionais habilitados, cuidando para que todas as obrigações fiscais e trabalhistas sejam devidamente cumpridas em tempo hábil;

IV- apresentar relatórios de receitas e despesas sempre que forem solicitados;

V- apresentar o relatório financeiro a ser submetido à Assembleia Geral;

VI- apresentar semestralmente o balancete de receitas e despesas ao Conselho Fiscal;

VII- publicar anualmente a demonstração das receitas e despesas realizadas no exercício;

VIII- elaborar, com base no orçamento realizado no exercício em curso, a proposta orçamentária para o exercício seguinte a ser submetida à Diretoria, para posterior apreciação da Assembleia Geral;

IX- manter todo o numerário em estabelecimento de crédito, exceto valores suficientes para pequenas despesas;

X- conservar sob sua guarda e responsabilidade, todos os documentos relativos à tesouraria;

XI- assinar, em conjunto com o Presidente, todos os cheques emitidos pela Associação.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CARTÓRIO UNICO OFICIAL
São José do Patrocínio - RJ
Muito Votante com
Selo de Segurança


LUIZ JOSÉ MALTA GALA FERREIRA
Advogado OAB-RJ 3.404

Promover o amor, valorizar a diversidade e cuidar do desenvolvimento da comunidade, proporcionando oportunidades por meio da educação, cultura e saúde, buscando, em liberdade, diminuir as desigualdades sociais e contribuir para o equilíbrio ambiental.

Art. 22. O Conselho Fiscal, órgão de controle interno, é composto de 03 (três) integrantes efetivos e 03 (três) suplentes.

§1º. O mandato do Conselho Fiscal será Coincidente com o mandato da Diretoria;

§2º. O Conselho Fiscal reunir-se-á ordinariamente a cada 06 (seis) meses e extraordinariamente sempre que necessário ou quando convocado pela Assembleia Geral ou pela Diretoria;

§3º. Ocorrendo vaga em qualquer cargo de integrante efetivo do Conselho Fiscal, caberá ao respectivo suplente substituí-lo até o fim do mandato para o qual foi eleito;

§4º. Ocorrendo vaga entre os integrantes suplentes do Conselho Fiscal, a Assembleia Geral se reunirá no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a vacância, para eleger novo integrante.

Art. 23. São atribuições do Conselho Fiscal:

I- examinar, sem restrições, a todo tempo, os livros contábeis e quaisquer outros documentos da Associação;

II- fiscalizar os atos da Diretoria e verificar o cumprimento dos seus deveres legais, estatutários e regimentais;

III- comunicar à Assembleia Geral erros, fraudes ou delitos que descobrir, sugerindo providências úteis à regularização da Associação;

IV- opinar sobre:

a) as demonstrações contábeis da Associação e demais dados concernentes à prestação de contas;

b) o balancete semestral;

c) aquisição, alienação e oneração de bens pertencentes à Associação;

d) o relatório anual circunstanciado pertinente às atividades da Associação e sua situação econômica, financeira e contábil, fazendo constar do seu parecer as informações complementares que julgar necessárias ou úteis à deliberação da Assembleia Geral;

e) o orçamento anual ou plurianual, programas e projetos relativos às atividades da Associação, sob o aspecto da viabilidade econômico-financeira.

CAPÍTULO IV- DOS DIRIGENTES

CARTÓRIO DO OFÍCIO
do Juiz de Paz e Promotor
Município de São João del-Rei
Estado de Minas Gerais


Luiz José Malta Gaia Ferreira
Advogado OAB-AL 3.404

Promover o amor, valorizar a diversidade e cuidar do desenvolvimento da comunidade, proporcionando oportunidades por meio da educação, cultura e saúde, buscando, em liberdade, diminuir as desigualdades sociais e contribuir para o equilíbrio ambiental.

Art. 24. A Associação tem as seguintes categorias de Dirigentes:

I- Dirigentes fundadores: as pessoas que assinaram a Ata da Assembleia Geral de constituição da Associação;

II- Dirigentes efetivos: as pessoas que forem admitidas pela Diretoria, de acordo com as condições fixadas pela Assembleia Geral;

III- Dirigentes beneméritos: aquelas pessoas que tenham prestado serviços de relevância para a entidade, segundo avaliação da Assembleia Geral.

Parágrafo único. Os Dirigentes efetivos serão admitidos mediante proposta com assinatura de dois Dirigentes em pleno gozo dos seus direitos.

Art. 25. São direitos e deveres dos dirigentes:

I- cooperar com a Diretoria para o desenvolvimento das atividades da Associação;

II- zelar pelo fiel cumprimento das normas estatutárias e demais resoluções da Assembleia Geral e da Diretoria;

III- comparecer às Assembleias Gerais para as quais forem convocados, discutir e votar os assuntos constantes da ordem do dia;

IV- convocar a Assembleia Geral, nos termos do art. 14, inciso II;

V- votar e ser votado para os cargos eletivos;

Parágrafo único. Os Dirigentes somente poderão efetuar negócios de qualquer natureza, direta ou indiretamente, com a Associação, devidamente autorizada pela Assembleia Geral.

Art. 26. Os Dirigentes que descumprirem as determinações do Estatuto estarão sujeitos as seguintes penalidades:

a) advertência;

b) suspensão;

c) exclusão.

Art. 27. As penalidades de advertência e suspensão serão aplicadas aos associados pela Diretoria.

Parágrafo único. Quando o infrator for um membro da Diretoria e do Conselho Fiscal, as penalidades de advertência e suspensão serão aplicadas pela Assembleia Geral.

EMPRESA DE
SANTO AMARANTE - AL
CNPJ 07.080.888/0001-01
Nº 12.123.456-7
Nº 12.123.456-7

Luiz José Malta Gaia Ferreira
Advogado OAB-AL 3.404

Promover o amor, valorizar a diversidade e cuidar do desenvolvimento da comunidade, proporcionando oportunidades por meio da educação, cultura e saúde, buscando, em liberdade, diminuir as desigualdades sociais e contribuir para o equilíbrio ambiental.

Art. 28. Considera-se falta grave, sujeita à penalidade de exclusão, provocar ou causar prejuízo moral ou material à Associação.

Art. 29. Das penalidades impostas, caberá recurso voluntário, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, para a Assembleia Geral.

Art. 30. Será assegurado a todos os associados amplo direito de defesa, bem como, o desligamento voluntário da Associação, notificando a Diretoria.

CAPÍTULO V- DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 31. A Associação não distribui dividendos nem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas a título de lucro ou participação no resultado, aplicando inteiramente no País os seus recursos financeiros, inclusive eventual superávit, de acordo com os objetivos estatutários.

Art. 32. O exercício financeiro coincidirá com o ano civil.

Art. 33. A Associação manterá a sua escrita contábil/fiscal em livros revestidos das formalidades legais e capazes de assegurar sua exatidão.

Art. 34. Os Funcionários que forem admitidos para prestar serviços profissionais à Associação serão regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e prestação de serviços perante comprovação de Notas Fiscais.

Art. 35. A extinção da Associação dar-se-á mediante o voto favorável de 2/3 (dois terços) dos associados presentes à Assembleia Geral Extraordinária convocada especialmente para tal fim, conforme previsto nos arts. 13, inciso VIII, e 16 inciso III, deste Estatuto.

Parágrafo único. Decidida a extinção da Associação, a Assembleia Geral destinará o patrimônio para outra entidade de fins congêneres.

DIRIGENTES

CANTORIO UNICO OPIC
São José do Itipava - AL
validado eletronicamente com
selo de autenticidade


Luiz José Maia Gália Ferreira
Advogado OAB-AL 3.404

Promover o amor, valorizar a diversidade e cuidar do desenvolvimento da comunidade, proporcionando oportunidades por meio da educação, cultura e saúde, buscando, em liberdade, diminuir as desigualdades sociais e contribuir para o equilíbrio ambiental.

1. Jose Douglas Silva Gomes
PRESIDENTE

2. Edgardo Wilson
VICE-PRESIDENTE

3. JEANILDO SILVA GOMES
1º TESOUREIRO

4. Carla Marcel Ferreira
1º SECRETÁRIO

5. MARLORETE SILVA
2º TESOUREIRO

6. Wailson Marcel Pereira
2º SECRETÁRIO

Luiz José Malta Gale Ferreira
Advogado OAB-AL 3.404

Cartório do Único Ofício
Av. Enio de Silva Maia, 250 - Centro
José Furtado dos Santos, Tabelião
Jossana Maria Maia dos Santos - Substituto

CERTÍFICO

Registro de Títulos e Documentos e
Pessoas Jurídicas

Apresentado hoje às 14:00 horas no
protocolo fls. 2024 sob nº 17.326
Registrada no livro 4-50 fls. 257/258
Sob o nº de Ordem R-2-1671
São José do Tapera-AL 21/02/2022
O O: 1. Jossana Maria Maia dos Santos



Poder Judiciário de São Paulo
Selo Digital Verificação
ACJ85679-50786
21/02/2022 14:28
Doc. Solicitante: 112.794
Confirme autenticidade em
<https://sede.ojalus.br>

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
GOVERNO FEDERAL
Estado de Alagoas
Secretaria de Segurança Pública

Nome / Name
EDGAR LISBOA

Nome Social / Social Name

Registro Geral - CPF / Personal Number
375.290.068-78

Data de Nascimento / Date of Birth
05/06/1987

Naturalidade / Place of Birth
PÃO DE AÇÚCAR/AL

Sexo / Sex
M

Nacionalidade / Nationality
BRA

Validade / Expiry
21/11/2033

Edgar Lisboa
Assinatura do Titular / Cardholder's Signature

818000081314

P 37

Filiação / Filiação
MARIA DE JESUS LISBOA

Órgão Expedidor / Card Issuer
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DELIBERADO MÁRIO PEDRO DOS SANTOS

Local / Place of Issue
MACEDÓ

Emissão / Issue
21/11/2023

[Assinatura]
Assinatura do Expedidor / Card Issuer Signature
Edu Falcão de Andrade Siqueira
Superintendente do Instituto de Identificação

CARTEIRA DE IDENTIDADE

LEI Nº 7.136 DE 29 DE AGOSTO DE 1983

CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL E NOTAS
São José da Tapera-AL

AUTENTICAÇÃO

Certifico que a presente cópia fotostática é de igual teor do original exibido, do que dou fé.

São José da Tapera-AL, 29/01/2025

Nayara
Nayara Soares Nogueira
Oficiala/Tabeliã

Power Judicial de Alagoas
Seio Digital Azul
AGA95158-EVYY
28/07/2025 09:23
Doc. Solicitado: 11128136111
Confirma autenticidade em
<https://seio.al.gov.br>

VÁLIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE

~~LUCIANA DE OLIVEIRA LIMA~~

Costa Contratto

Parcela de Negócio
18475086

Vencimento
20/02/2024

ROTA FISCAL IL 02849884 SORTEIO
DATA EMISSAO: 10/07/2024
Consulte pela Chave de Acesso em:
<https://dfe-portal.sirs.sis.gov.br/IR/SZ/consultar-chave-de-acesso>
224021222884000100660000284988440901731105
EMISSAO EM CONTEINGRICE
Pendente de autorização

DEBITOS: 09/2023 R\$117.09 10/2023 R\$117,86 12/2023 R\$222.06 01/2024 R\$182.19 - Ainda
constam em aberto os nossos sistemas contra vencidos, do ano de 2022, Regularizações e anotações
recebo anual de quitacao dos debitos. - Período: 01/01/2023 - 31/12/2023 - 10/02/24
Alteracao da aliquota do ICMS de acordo com a Lei 9.127/23 e cancelamento MEF: 05/2025.
BENEF. TAR. SOCIAL RES 1009/21 de R\$ 36,50

12/01/2013		12/01/2013		12/01/2013		
Letura Anterior		Letura Atual		Nº de Dias		
Proxima Letura						
Quant.	Preço unit. / m³	Tarifa unit. / m³	PIS / Contrib	ICMS	Valor (R\$)	
Consumo (RSH)	30	0,335000	0,265593	0,27	1,93	10,17
Consumo (RSH)	70	0,581571	0,455980	1,07	7,73	20,71
Consumo (RSH)	5	0,670000	0,683982	0,11	0,83	4,35
Benefício Tarifário Bruto			1,25		8,85	-16,56

Itens financeiros

Cap-Ilum Prof. Mônica	
Benefícios Pariferao Lique	16,21
Parcela (118)	10,50
Conhecido Pariferao Parcel	15,51
	1,54

[illegible]

realtà: «Non sono ancora abbastanza forte».

de energia, conforme Art. 356 RBR 1000/21. A falta e manutenção de outras medidas de cobrança. Havendo suspensão do fornecimento será cobrado o custo de disponibilidade nas faturas seguintes, a partir de 2 ciclos de faturamento da suspensão, podendo ser unificado o contrato. Para religação será cobrada a taxa e estará condicionada a quitacao das faturas. Caso efetuado os pagamentos, favor desconsiderar.



Estado de Alagoas
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DA TAPERA

Rua do Comércio, 209 – Fone (082) 3622-1208
CNPJ: 12.261.228/0001-14 / CEP 57445-000 - São José da Tapera - AL
www.saojosedatapera.al.gov.br

LEI Nº 863/2025, DE 02 DE OUTUBRO DE 2025

DISPÕE SOBRE A DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO POVOADO PILÕES, SÍTIO PALMAS E FARIAS – ACPPF, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DA TAPERA, ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores de São José da Tapera/AL, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art 1º - Fica declarada, para todos os efeitos legais, como de utilidade Pública municipal a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO POVOADO PILÕES, SÍTIO PALMAS E FARIAS - ACPPF, entidade civil, de direito privado, sem fins lucrativos, com personalidade jurídica, devidamente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ nº 45.442.179/0001-75, com sua sede e foro na Zona Rural de São José da Tapera, Estado de Alagoas, no Povoado Pilões, nos termo de seu ato constitutivo (Ata de Fundação), registrada no Cartório Notarial de São José da Tapera/AL, Protocolo às fls. 016-V, sob n.º 140, e registro no Livro A-54, fls. 078/080, sob n.º R-2-1.930, de 23/04/2024

Art. 2º - A entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente, cuja finalidade seja a prestação de serviço à coletividade, feita de forma abrangente a todos os seus filiados e sem o fim de captação de lucros ou caracterização comercial.

Parágrafo Único - A referida entidade se enquadra com as exigências legais embasando-se a sua finalidade organizacional, social, assistencial, cultural, educacional e recreativo, dentro dos preceitos do Art. 53 do Código Civil Brasileiro.

Art. 3º - A entidade referida no Art. 1º deverá apresentar ao Chefe do Poder Executivo Municipal, até 30 (trinta) de abril de cada ano, relatório circunstanciado dos serviços prestados à coletividade no ano anterior, para poder gozar de eventuais direitos e vantagens, advindos desta Lei.

Parágrafo Único - O Poder Executivo Municipal enviará ao Poder Legislativo Municipal, num prazo de 30 (trinta) dias a contar da data do recebimento, cópia do relatório circunstanciado de que trata o caput deste artigo.

Art. 4º - Será objeto de Lei revogar os efeitos da declaração de utilidade pública caso a entidade:

I. – Deixar de cumprir as exigências do Art. 3º desta Lei;



Estado de Alagoas
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DA TAPERA

Rua do Comércio, 209 – Fone (082) 3622-1208
CNPJ: 12.261.228/0001-14 / CEP 57445-000 - São José da Tapera – AL.
www.saojosedatapera.al.gov.br

II. – Substituir os fins estatutários ou negar-se a prestar os serviços nestes compreendidos ou quando solicitados pela municipalidade, salvo este último por justo motivo;

III. – Altere sua denominação e, dentro de 30 (trinta) dias contados da averbação no registro Público, deixar de enviar a mesma ao Poder Legislativo Municipal para tornar-se objeto de nova Lei;

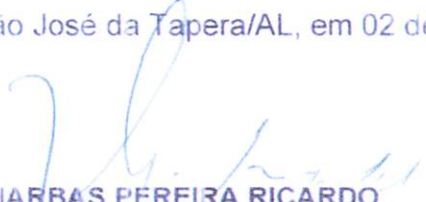
IV. – Altere a finalidade para qual foi constituída ou negue-se a cumpri-la;

V. – Seja utilizada para fins políticos, ferindo os princípios para qual foi criada;

VI. – Utilize recursos públicos em desobediência as legislações pertinentes.


Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do prefeito de São José da Tapera/AL, em 02 de outubro de 2025.


JARBAS PEREIRA RICARDO
PREFEITO

CERTIDÃO

A presente Lei foi publicada e arquivada na Secretaria Municipal de Administração desta Prefeitura aos 02(dois) dias do mês de outubro de 2025.


Diego Silva de Azevedo
Secretário Municipal de Administração
Portaria Nº001/2025-GP